



## IMPORTÂNCIA DO CAPITAL DE GIRO PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

### WORKING CAPITAL IMPORTANCE FOR SMALL AND MEDIUM BUSINESS

Oswaldo Daniel dos Santos Pinheiro<sup>1</sup>

#### RESUMO

Com a busca por melhores resultados e lucratividade, as organizações buscam cada vez mais aprimoramento em suas gestões empresariais. O capital de giro na gestão financeira das empresas significa o capital necessário para financiar a continuidade das operações das organizações. Assim, sendo recursos para financiamento aos clientes, nas vendas a prazo, recurso para manter estoque e para efetuar pagamento a fornecedores, referente à compra de matéria prima ou produto para a venda. E demais obrigações relacionadas à empresa. O capital de giro na gestão financeira das organizações está relacionado diretamente com o ciclo operacional e demais técnicas do negócio. O artigo tem como objetivo principal destacar a importância da administração do capital de giro nas microempresas, pequenas e médias empresas. A elaboração deste artigo foi de cunho exploratório e teórico, baseado em materiais bibliográficos e artigos científicos, para obter informações coerentes com o tema.

**Palavras-chave:** Capital de giro, Ciclo Operacional, Empresas.

#### ABSTRACT

With the search for better results and profitability, organizations increasingly seek improvement in their business efforts. Working capital in the financial management of companies means the capital necessary to fund ongoing operations of organizations. So, being funds for financing to customers in credit sales, the ability to maintain stock and to make payments to suppliers for the purchase of raw materials or product for sale. And other obligations related to the company. The working capital in the financial management of organizations is directly related to the operating cycle and other business techniques. The article aims to highlight the importance of management of working capital in the micro, small and medium enterprises. The preparation of this article was exploratory and theoretical, based on bibliographic materials and papers for information consistent with the theme.

**Keywords:** Working capital, operating cycle, Companies

---

<sup>1</sup> Mestrando em Administração pela UNISC- E-mail: osvaldopinheiro@mx2.unisc.br

### 1 INTRODUÇÃO

O segmento das empresas de pequeno porte, segundo informações do SEBRAE, são as que geralmente mais empregam. Isso devido ao fato de sua grande amplitude no contexto nacional, pois compreendem mais de noventa por cento (90%) dos empreendimentos e empregam cerca de cinquenta por cento (50%) dos brasileiros. De acordo com a lei complementar 123/06 conhecida como “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa” um negócio devidamente registrado é considerado como pequena empresa quando tiver um faturamento anual superior a trezentos e sessenta mil reais (R\$ 360.000,00) e inferior a três milhões e seiscentos mil reais (R\$ 3.600.000,00).

A formação das micro e pequenas empresas não é um privilégio apenas dos que possuem talento. Mas sim, resultado de um trabalho árduo, do esforço e dedicação pelo segmento que escolheu. É importante ressaltar que a existência das micro e pequenas empresas é a base sustentável da economia do país. Por esse motivo deve-se dar ênfase à sobrevivência desse segmento para que ocorra um desenvolvimento econômico e social (PALERMO, 2002).

Sendo ainda, de acordo com Palermo (2002), 71% dos micro e pequenos empreendimentos não passam dos quatro anos de existência e 48,5 milhões de trabalhadores estão na informalidade. O sucesso empresarial depende, cada vez mais, do uso de práticas financeiras apropriadas.

Devido às necessidades desse segmento empresarial, a administração de capital de giro vem exigindo maiores cuidados, em virtude da crescente complexidade da economia brasileira, da expansão e da sofisticação do mercado financeiro e do elevado custo de crédito. Mas esse segmento empresarial passa por vários fatores negativos como a falta de capital de giro, problemas financeiros, carga tributária elevada, recessão econômica, falta de cliente e concorrência (ARAÚJO; SIQUEIRA, 2012).

As organizações cada vez mais necessitam de novos meios, para gerenciar seus recursos, de modo a reduzir o custo e aumentar a produtividade, para assim poder atender a demanda, consequência essa de tais ações, que visam priorizar a liquidez e a rentabilidade da empresa. Sendo que cada vez mais o consumidor, apresenta-se mais exigente, fato este, de mais que uma geração conectada as compras, e decidindo pela escolha de um produto e/ou serviço. Ressaltando ainda, que o consumidor está optando por produtos e/ou serviços com alta qualidade e preços baixos (DELOOF, 2003).

Nesse sentido, se faz necessário um cuidado especial à administração do capital de giro, para prevenir eventuais desapontamentos ou desequilíbrio futuro e manter o estado de solvência da empresa. Conforme Araújo e Siqueira (2012) apontam que, segundo pesquisas, nas organizações de pequeno porte, cerca de 90% do tempo do gerente financeiro é dedicada à gestão do capital de giro. Enfatiza Gitman (2004, p. 510), que os ativos circulantes, comumente denominados de capital de giro, “representam a proporção do investimento total da empresa que circula, de uma forma para outra, na condução normal das operações”. Essa ideia envolve a transição repetida de caixa para estoques para contas a receber e de volta para caixa.

Corroborando essa visão, Assaf e Silva (2010), quando diz que, o define como o capital que fica girando dentro da organização financiando o ciclo organizacional, desde a compra até o recebimento das mercadorias vendidas. E ao completar este ciclo, deverá estar maior que o valor inicial. De maneira mais simplificada, o capital é o que a organização tem em valor disponível no caixa, para atender suas necessidades operacionais imediatas.

## **Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas**

O capital de giro sofre impacto das diversas mudanças enfrentadas pela organização, sendo nos recebíveis, contas a pagar, gerenciamento de caixa, gerenciamento de estoque, entre outros processos alinhados a gestão empresarial. Outro ponto a apresentar, é que a necessidade da empresa ter que usar do capital de giro, pode ocorrer pela redução no volume de vendas, ou também, se o crescimento dessa necessidade for maior do que o capital de giro. Resultando assim, em um saldo de tesouraria negativo, sendo que tal situação ocorra uma ou mais vezes, a organização automaticamente obriga-se a recorrer ao capital de terceiros para então, manter as atividades operacionais ocorrendo na organização. Sendo essa a alternativa, para tentar solucionar o problema, já que o capital de giro, não está sendo o suficiente para suprir as necessidades (ASSAF; SILVA, 2010, MATARAZZO, 2010, CARVALHO; SCHIOZER, 2012, TÓFOLI, 2008).

Nota-se que quando a empresa opta por empréstimos de capital de giro, significa que sua liquidez imediata não apresenta uma situação satisfatória. Fato este, que acaba por reduzir seu poder de competitividade no mercado, dando a oportunidade dos demais concorrentes, ganhar espaço e efetuar mais vendas. Através de uma boa gestão de capital de giro, é possível obter bons resultados no negócio. Pois envolve um processo contínuo na tomada de decisão, voltada para a preservação da liquidez da organização, que conseqüentemente afeta a sua rentabilidade (ASSAF; SILVA, 2010).

Para tanto, o objetivo principal deste artigo, é destacar a importância da administração do capital de giro nas microempresas, pequenas e médias empresas.

Contudo no próximo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica, descrevendo assim, os temas abordados: definição de micro, pequenas e médias empresas, administração do capital de giro, capital de giro bruto e capital de giro líquido, capital de giro próprio e de terceiros, ciclo operacional e fluxo de caixa. No capítulo 3, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, sendo uma pesquisa de cunho exploratório e teórico, baseada em material bibliográfico e artigos científicos. No capítulo 4, apresentam-se as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A administração de uma empresa, de maneira eficiente e inteligente, é considerada como a chave do sucesso para empresários, comerciantes e profissionais liberais, de empresas de porte micro, pequeno, médio ou grande porte. Qualquer pessoa que se envolva no mundo dos negócios, oferecendo bens e serviços, no cenário atual da economia, necessita ter conhecimento de negociação, neste mundo complexo e inovador em produtos e/ou serviços. Para assim, estar preparada para utilizar os instrumentos viáveis, que permitam otimizar os rendimentos ou ter a capacidade de estimar necessidades futuras de financiamentos. Consoante isso, uma organização precisa de um sistema de gestão que envolva o controle financeiro e econômico da empresa.

Ressaltando que seu controle financeiro, ocorre através da gestão do capital de giro, ao qual requer acompanhamento diário, pois as informações em uma organização, ou o mercado que a pertence, podem sofrer alterações diariamente. Concluindo o referencial teórico, com o conceito de fluxo de caixa, este que tem como finalidade, avaliar a situação financeira da empresa, conhecendo assim, sua capacidade real de pagamento.

### **2.1 Definição de micro, pequenas e médias empresas**

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

Conforme dados do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – de 2012, informam que as microempresas representam 89% do total de empresas do Brasil, detêm 21,4% do pessoal ocupado e 6,4% do total de salários e outras remunerações pagas. Com relação às pequenas empresas, os valores são, respectivamente, 9,3%, 17,8% e 10,7%, enquanto que, para as médias empresas, tem-se 1,3%, 13,4% e 12,6%. Esses números conferem às micro, pequenas e médias empresas uma importância vital tanto do ponto de vista econômico quanto social. Luna (1983, p.4) lista uma série de características próprias dessas unidades econômicas, entre elas:

[...] a capacidade de absorção de significativos contingentes de mão-de-obra, a baixo custo, com menores exigências em termos de qualificação, sendo, inclusive uma importante escola de formação de mão-de-obra para a grande empresa; a considerável participação na geração do produto nacional bruto e, conseqüentemente, na estabilidade da economia; sua contribuição na solução dos desequilíbrios regionais e no processo de fortalecimento do interior, dada sua maior flexibilidade em termos de localização; a ação de complementar à grande empresa, operando em setores incompatíveis para a escala da mesma.

A nível mundial existe vários critérios utilizados para a definição das pequenas e médias empresas. Tendo assim, definições que se baseiam no número de empregados, no capital social, na receita bruta, na receita operacional líquida, no grau de sofisticação tecnológica, dentre outros, considerados de forma isolada ou em conjunto (LUNA, 1983).

Mesmo que os critérios quantitativos prevaleçam, SOLOMON (1986, p. 32) afirma que “nenhuma das definições quantitativas de Pequena Empresa pode ser considerada universalmente satisfatória”. Perante a questão sobre a definição das pequenas e médias empresas, pode concluir que, atualmente, não existe um padrão universal que classifique as empresas como Pequena ou Média. Cada órgão, Estado ou País, tem sua própria definição, pois utilizam os critérios que melhor lhe conduzem a seus objetivos.

Conforme SEBRAE (2016), a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte. Foi concebida com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo e já atravessou quatro rodadas de alteração, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação. A Lei Geral uniformizou o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual (SEBRAE, 2016).

Segundo dados do SEBRAE (2016), os critérios que classificam o tamanho de uma empresa constituem um importante fator de apoio às micro e pequenas empresas, permitindo que estabelecimentos dentro dos limites instituídos possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações. É importante ressaltar que o regime simplificado de tributação - SIMPLES, que é uma lei de cunho estritamente tributário, adota um critério diferente para enquadrar micro e pequena empresa. Os limites, conforme disposto na Medida Provisória

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

275/05, cujos valores foram atualizados pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/11 que ajusta a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06), são:

- a) Microempresa: receita bruta anual igual há R\$ 360 mil;
- b) Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual de R\$ 3,6 milhões;
- c) Empreendedor Individual: com a receita bruta de R\$ 60 mil;

Conforme dados do SEBRAE, as mudanças beneficiam diretamente 5,5 milhões de empresas no Brasil (Simples Nacional), visto ainda que o benefício também atinge cerca de 1,6 milhão de empreendedores individuais no País;

O Simples Nacional reúne seis impostos federais - IRPJ, IPI, PIS, Cofins, CSLL e INSS patronal, mais o ICMS recolhido pelos estados e o ISS recolhido pelos municípios. Dando ênfase que cada estado brasileiro possui uma variedade de conceitos e critérios para classificar as micro e pequenas empresas, de acordo com a sua situação econômica e fiscal própria. Os municípios carecem de leis nesse sentido, sendo muito poucos aqueles que contemplam o segmento da MPE com legislações próprias de fomento.

### 2.2 Administração do Capital de Giro

Determinados processos empresariais devem ser administrados de forma adequada, como o capital de giro, uma importante ferramenta para tomada de decisões, sendo considerado um recurso para sustentar o dia a dia nas operações dos seus ativos e passivos da empresa (MATARAZZO, 2010).

Segundo Assaf e Silva, “o capital de giro tem participação relevante no desempenho operacional das empresas, cobrindo geralmente mais da metade de seus ativos totais investidos”. (ASSAF; SILVA; 2012, p.01).

O estudo do capital de giro é fundamental para o administrador financeiro (investimento de recursos) e para outras áreas operacionais nas empresas, como produção, compras e vendas, por exemplo. Para os analistas de empresas, os conceitos relativos à administração do capital de giro servem também como facilidades no entendimento das estruturas básicas de análise. (SILVA, 2012, p.387).

Um dos fatores causadores da crise financeira em uma empresa é justamente a falta de controle de seu capital de giro, ocasionando uma situação insolvente, ou seja, perda de liquidez. A necessidade de se mensurar o capital de giro leva empresários a definir estratégias financeiras, como interpretado pelo autor:

[...] é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade. (MATARAZZO, 2010, p.283).

Contribuindo ainda, que o capital de giro está vinculado diretamente com o ciclo operacional e de caixa das organizações, fazendo assim, um encadeamento dos estoques e logística empresarial (CARVALHO; SCHIOZER, 2012, TÓFOLI, 2008).

Ressaltando Assaf e Lima (2009, p.632) “o capital de giro é formado basicamente por três importantes ativos circulantes: disponível (caixa e aplicações financeiras), valores a receber e estoques”. Matarazzo (2008, p. 338) menciona que “a necessidade de capital de giro é a chave para a administração financeira de uma empresa”.

Para Assaf e Silva (2010, p. 15), “o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais.” Frisando que, conforme o mesmo autor, que a administração do capital de giro, assegura que os recursos sejam REGMPE, Brasil-BR, V.1, N°4, p. 111-124, Jul./Ago.2016 <http://www.regmpe.com.br> Página 115

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

suficientes na empresa, para conseguir seguir com a operação, visando assim, evitar interrupções dispendiosas.

Através da administração de capital de giro, podem-se administrar os ativos e passivos circulantes da organização. Sendo que, quando o Ativo Circulante for maior que o Passivo Circulante, a organização possui capital de giro líquido positivo, e quando ocorre o contrário, possui capital de giro líquido negativo (CARVALHO; SCHIOZER, 2012, LEVINE, 2004). Ainda Tófoli (2008) e Batistella (2006), dizem que a administração do capital de giro abrange a administração das contas Circulantes da organização, incluindo ainda, ativos e passivos do circulante. Notando que os ativos Circulantes representam mais da metade do ativo total e uma parcela dos financiamentos totais que é representado pelo passivo circulante nas organizações.

Figura 1. Balanço Patrimonial e capital de giro

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Ativo Circulante (AC) Disponível Valores a Receber Estoques	Passivo Circulante (PC) Fornecedores Salários e Encargos Sociais Empréstimos e Financiamentos
Ativo Realizável em Longo Prazo (RLP)	Passivo Exigível em Longo Prazo (ELP) Empréstimos e Financiamentos
Ativo permanente (AP) Investimentos Imobilizado Diferido	Patrimônio Líquido (PL) Capital Reservas Lucros/Prejuízos Acumulados

Fonte: Assaf e Silva (2010).

Conforme Gitman (2004), a gestão capital de giro aborda os ativos e passivos correntes (circulantes), identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo de um ano. Pois os ativos circulantes comumente chamados de capital de giro, representa a proporção do investimento total da empresa que circula, com o intuito de financiar operações, entre essas: caixas, estoque, contas a receber, entre outras. Os passivos circulantes representam o curto prazo, por que incluem todas as dívidas, que tem como prazo máximo de vencimento um ano, estes que são valores referentes a fornecedores, bancos, funcionário e o governo.

O objetivo da administração financeira de curto prazo é gerir cada ativo circulante (estoques, contas a receber, caixa e aplicações financeiras a curto prazo) e cada passivo circulante (contas a pagar, despesas a pagar, e instituições financeiras a pagar a curto prazo) de maneira a alcançar um equilíbrio entre rentabilidade e risco que contribua positivamente para valor da empresa. (GITMAN, 2004, p. 510).

Gitman (2004) acrescenta que, o Capital de Giro Líquido, é geralmente definido como a diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes. Analisando o contexto escrito, percebe-se que quando os primeiros excedem os segundos, a empresa possui capital de giro positivo, já quando os primeiros são inferiores ao segundo, representa que a organização possui um capital de giro líquido negativo.

Observa-se que, como fonte do numerário para quitar os passivos circulantes, as empresas optam pela conversão de ativos circulantes de estoques para contas a receber e para caixa. Pois as saídas de caixa para pagamento desses passivos são bastante previsíveis. Tal

## **Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas**

fato ocorre, tendo em visão, de que no momento em que uma organização assume um compromisso de pagamento, prepara-se para quitar sua obrigação na data combinada. Sendo então entendido, que a dificuldade maior está no montante recebido, nas entradas de caixa, notando que dependem de fatores externos, estes que nem sempre uma empresa tem como controlar. Colaborando ainda, Gitman (2004, p.510) diz que, “quanto mais previsíveis forem suas entradas de caixa, menos capital de giro líquido precisa ter”.

Segundo Assaf e Silva (2010), uma administração com deficiências do capital de giro, pode resultar em graves problemas financeiros. Estes muitas vezes, sem poder ser revertidos, contribuindo assim, para uma situação de insolvência.

Ressalta ainda Tófoli (2008), que o objetivo da gestão do capital de giro é ter um equilíbrio entre rentabilidade e risco. Fato este, que tem sua relevância, relacionada às operações de produções, pois as vendas e cobranças não são sincronizadas entre si, ocasionando a divisão do capital de giro em:

- a) Fixo ou permanente – referindo-se ao volume mínimo necessário para manter a organização em funcionamento.
- b) Variável ou sazonal – definido como as necessidades adicionais e temporais de recursos precisos em determinado período, um exemplo de caso, seria a compra antecipada de estoques, ou maior volume de venda em certo período do ano.

### **2.2.1 Capital de Giro Bruto e Capital de Giro Líquido**

O capital de giro bruto compreende-se pelo total do ativo circulante, sendo com maior relevância pelas contas do estoque, valores a receber, dentre outros (TÓFOLI, 2008).

Para Gitman (2004) o Capital de Giro Líquido (CGL) ou Capital Circulante Líquido (CCL) representa o valor líquido do investimento, notando-se que é deduzido das dívidas de curto prazo, sendo estas realizadas no ativo (capital) circulante da organização. Sendo a fórmula utilizada para obter o Capital de Giro Líquido:

$$\text{CGL (CCL)} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Esta fórmula é obtida pela diferença entre o ativo circulante e passivo circulante. Sendo assim, identifica-se se a organização possui disponibilidade financeira aceitável, podendo liquidar seu exigível em curto prazo. Relata ainda, que pode ocorrer do capital de giro líquido negativo, não poder honrar com suas obrigações no curto prazo (GITMAN, 2004).

O capital circulante líquido, devido os prazos que cada organização utiliza para comprar e vender pode variar os resultados financeiros, a liquidez na empresa medida através do CCL vai apresentar maior liquidez quando o CCL estiver maior. O capital permanente líquido, para Silva, (2012, p.392), “é a diferença das contas não circulantes, ou seja, é o passivo não circulante mais o patrimônio líquido menos o ativo não circulante.” O capital de giro envolve situações de curto prazo nas empresas, que se assimila diretamente com o fluxo de caixa, por se tratar desse tipo de movimentação na empresa.

### **2.2.2 Capital de giro próprio e de terceiro**

O capital de giro próprio pode ser diferenciado em capital de giro próprio, ou capital de giro de terceiro. O capital de giro próprio é definido quando o ativo circulante é maior do

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

que o passivo circulante. Sendo que o ativo no prazo de até um ano, são maiores do que as dívidas e obrigações exigíveis no mesmo prazo. Desse modo o capital de giro próprio representa os valores do capital circulante que pertencem à organização, ou seja, os investimentos feitos pela própria empresa, através dos recursos próprios (DI AGUSTINI 1999, ASSAF; LIMA, 2009).

O capital de giro de terceiros, representa fonte de financiamento por intermédio de recursos de instituições financeiras. Visto que, as organizações que recorrem ao capital de giro de terceiros, ou a fontes e mecanismo de financiamentos, precisam analisar com muito cuidado, a relação existente entre o custo do capital de giro e sua rentabilidade relacionada à operação (ASSAF; LIMA, 2009).

O Capital de Giro Próprio é comumente obtido pela expressão de cálculo:

Figura 2. Capital de Giro Próprio

Patrimônio Líquido	XXX
(-) Aplicações Permanentes:	
Ativo Permanente	XXX
Realizável em Longo Prazo	<u>XXX</u>
<b>Capital de Giro Próprio</b>	<b>XXX</b>

Fonte: Assaf e Lima (2009)

A fórmula acima apresentada corresponde ao volume de recursos próprios que a organização tem aplicado em seu ativo circulante (ASSAF; LIMA, 2009). Concluindo assim, que segundo Di Agustini (1999), o capital de giro de terceiros, é definido quando o ativo circulante é menor do que o passivo circulante, observando que o ativo conversível no prazo de até um ano é menor do que suas obrigações exigíveis no mesmo prazo.

### 2.2.3 Ciclo Operacional

O ciclo operacional corresponde ao período de tempo que vai desde o momento em que as organizações recebem em suas instalações os produtos e/ou matéria prima, até o momento em que efetua a negociação, isto é, quando recebe o dinheiro pela venda do produto acabado. O ciclo operacional representa o intervalo entre o momento em que a organização adquire a mercadoria e o momento em que recebe o dinheiro relativo às vendas. Ainda o autor diz que, o ciclo operacional refere-se ao período em média, que os recursos estão investidos nas operações, sem que tenham ocorrido os correspondentes ingressos de caixa. Notando que parte desse capital é financiada pelos fornecedores que concederam o prazo de pagamento (MESQUITA, 2008, ASSAF; SILVA, 2010).

Gitman (2004, p.513), cita que o ciclo operacional de uma empresa refere-se ao prazo desde o início do processo de produção ao recebimento de caixa resultante da venda do produto. “Esse ciclo envolve duas categorias básicas de ativos de curto prazo: estoques e contas a receber”. O cálculo apresentado para o resultado do ciclo operacional, que corresponde à idade média do estoque (IME) com o prazo médio de recebimento (PMR), é apresentado pela seguinte fórmula:

$$CO = IME + PMR$$

Contudo, Mesquita (2008) e Gitman (2004) dizem que o processo de fabricação e venda de um produto envolve também a aquisição de fatores de produção a prazo, resultando em contas a pagar. Sendo que as contas a pagar, acabam por reduzir os dias pelos quais os recursos de uma organização ficam aplicados no ciclo operacional. O período cabível para

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

quitar as contas a pagar, medido há dias, está determinado ao prazo médio de pagamento (PMP). Visto que, o ciclo operacional, menos o prazo médio de pagamento, é definido como ciclo de conversão de caixa (CCC), esta que representa o período pelo qual, os recursos da organização ficam aplicados. A fórmula do ciclo de conversão de caixa é assim feita:

$$CCC = CO - PMP$$

Ressaltam Assaf e Silva (2010), que o ciclo operacional é relevante a situação e posicionamento da empresa. Tendo algumas organizações seu ciclo operacional com período inferior a um ano, outras já com um ciclo mais longo, conseqüentemente maior volume de financiamento de capital de giro. Dando ênfase que, a necessidade de financiamento para capital de giro deve estar atrelada a algum parâmetro que a transforme, quando julgar importante, em valores monetários.

Relata Gitman (2004) que as empresas podem minimizar a necessidade de ativos operacionais, da seguinte forma:

- Girando o estoque com maior velocidade possível;
- Cobrar as contas a receber com maior rapidez;
- Gerir os tempos de correspondência, processamento e compensação para reduzi-los ao cobrar dos clientes e aumenta-los ao pagar aos fornecedores;
- Realizar o pagamento das contas a pagar com a maior paciência, sem causar prejuízo à classificação de crédito da organização.

O ciclo econômico apresentado por Araújo e Siqueira (2012), o autor diz que pode ser traduzido como o prazo em que se compra e se estoca as mercadorias até a efetuação da venda. Notando Assaf e Lima (2009), o ciclo econômico está relacionado a toda a base de produção das organizações, isto é, estocagem de matéria-prima, fabricação e por fim a venda. O período atrelado entre as entradas de matéria-prima adquiridas e a venda do produto no momento final. E o ciclo financeiro, representa o período em que envolve o pagamento da mercadoria e/ou matéria prima aos fornecedores e o recebimento pela venda do produto (ARAÚJO; SIQUEIRA, 2012).

Define-se ainda o ciclo financeiro, como:

O ciclo financeiro mede exclusivamente as movimentações de caixa, abrangendo o período compreendido entre o desembolso inicial de caixa (pagamento de materiais a fornecedores) e o recebimento da venda do produto, em outras palavras, representa ao intervalo de tempo que a empresa irá necessitar efetivamente de financiamento para suas atividades (ASSAF e SILVA, 2010, p. 22).

Assaf e Lima (2009) apresentam algumas estratégias para gerenciar o ciclo financeiro:

- a) Redução dos investimentos em estoque (promovendo assim, maior giro aos estoques);
- b) Manter um controle mais eficiente sobre as contas a receber, agregando então, as técnicas de análise de concessão de créditos e suas políticas de cobrança;
- c) Negociação de prazos de pagamento mais longos com os fornecedores, ou seja, observar para que não ocorra a situação dos custos financeiros ser acima dos ganhos.

### 2.2.4 Fluxo de caixa

O planejamento por parte das organizações dos recursos recebidos, desembolsos previstos e caixa deve ser acompanhado diariamente, possibilitando melhor racionalização dos recursos. Para subsidiar a tomada de decisões a gestão financeira deve utilizar-se do fluxo de caixa dentre mais ferramentas (GITMAN, 2004, MATARAZZO, 2010).

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

Sendo entendido, por pesquisadores da área, como: “fluxo de caixa é o meio pelo qual o administrador financeiro apura os ingressos e desembolsos financeiros da empresa em dado período.” (ZDANOWICZ, 1998, p.23). No sentido restrito fluxo de caixa “significa entradas de numerário deduzidas das saídas e acrescido do saldo inicial de caixa”, mas o termo também é utilizado para designar os recursos financeiros gerados pela operação. (PEREZ JUNIOR, et al. 1995, p. 85).

O Fluxo de Caixa, segundo conceito de Assaf e Silva: “... é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo.” (ASSAF; SILVA, 2012, p. 33). Os principais objetivos do fluxo de caixa, como descrito por Matarazzo (2010, p. 234) são: “avaliação de alternativas para investimento; avaliação e controle de decisões tomadas na empresa que tenham reflexos monetários e avaliação do caixa da empresa, presente e futura, para evitar a liquidez”.

A demonstração do fluxo de caixa inclui as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Segundo Gitman (1997, p.81), “fluxo de caixa operacional são as entradas e saídas relacionadas à produção e à venda de produtos da empresa. Esse modelo demonstra o resultado e transações feitas em um período”. Fluxos de investimento são associados com participações societárias e compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de financiamento são resultantes de empréstimo e capital próprio.

Segundo a definição de Gitman:

De forma combinada, os fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento durante um dado período irão fazer com que saldo de caixa e títulos negociáveis da empresa aumente, diminua, ou permaneça inalterado. (GITMAN, 1997, p. 82)

A rentabilidade diz respeito à lucratividade da empresa e é mensurada através de indicadores ou índices que são calculados com base nos dados das demonstrações financeiras. Segundo Matarazzo, “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. (MATARAZZO, 2010, p.81)

Os índices de rentabilidade avaliam a lucratividade da empresa em relação à seus ativos, suas vendas, valor da ação e patrimônio líquido. Existem várias medidas de rentabilidade, segundo Gitman:

Cada uma delas relaciona os retornos da empresa a suas vendas, a seus ativos, ao seu patrimônio líquido, ou ao valor da ação. Como um todo, essas medidas permitem ao analista avaliar os lucros da empresa em confronto com um dado nível de vendas, um certo nível de ativos, o investimento dos proprietários, ou o valor da ação. Sem lucros uma empresa não atrairá capital de terceiros; ademais, seus atuais credores e proprietários poderão ficar preocupados com o futuro da empresa e tentar reaver seus fundos. Os credores, proprietários e a administração estão sempre atentos ao incremento dos lucros da empresa, devido à sua grande importância para o mercado. (GITMAN, 2002, p. 120)

Os indicadores de rentabilidade podem ser divididos em quatro tipos: Retorno sobre o ativo; Retorno sobre o investimento; Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Rentabilidade das vendas. O retorno sobre o ativo define o lucro líquido obtido pela empresa em relação ao seu ativo. Não é uma medida de rentabilidade de capital, ela mede o quanto a empresa gera de lucro líquido e assim pode se capitalizar (ASSAF; SILVA, 2012).

## **Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas**

O retorno sobre o investimento calcula o retorno produzido pelo total de aplicações feitas por credores e acionistas nos negócios. Sendo assim, “o investimento é composto pelos recursos onerosos captados por uma empresa e os recursos próprios aplicados por seus proprietários, cujos valores são registrados em conta do patrimônio líquido” (ASSAF; SILVA, 2012, p.119).

O objetivo do retorno sobre o patrimônio líquido é calcular a taxa rendida pelo capital próprio. Quanto maior for esta taxa, melhor será para os proprietários. Como explica Assaf e Silva (2012, p.119), “[...] para cada unidade monetária de recursos próprios (patrimônio líquido) investido na empresa, mede-se quanto os acionistas auferem de lucro”.

A rentabilidade de vendas calcula a eficiência que uma empresa tem de produzir lucros através de suas vendas. Este indicador pode ser obtido em termos líquidos e operacionais, sendo margem líquida e margem operacional.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A elaboração deste artigo foi de cunho exploratório e teórico, baseado em diferentes materiais, tais como livros, sítios eletrônicos especializados e artigos científicos, para obter informações coerentes com o tema. Ocorrendo ainda, uma leitura crítica e reflexiva para contextualização e desenvolvimento geral do artigo, com o objetivo de evidenciar a importância do capital de giro para as empresas de porte pequeno e médio.

Gil (2002) afirma que a metodologia é definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica.

Sendo assim, a pesquisa exploratória foi desenvolvida com o intuito de proporcionar uma visão ampla sobre determinado assunto. Normalmente esta é utilizada quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas sobre ela. Nesse tipo de pesquisa o estudante realiza o estudo por meio de levantamentos bibliográficos da área ou através da pesquisa documental, entrevistas informais e seguindo mais uma alternativa que seria um estudo de caso relacionado ao assunto abordado (GIL, 2002). Para Santos (2004, p. 25) “explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo”.

### **4 CONCLUSÃO**

Diante dos autores consultados, foi possível constatar que o capital de giro representa um fator determinante da situação financeira de uma organização, uma vez que expressa o nível de recursos necessários para a manutenção do giro dos negócios. Demonstrando que, as contas utilizadas nos cálculos da determinação da necessidade de capital de giro são aquelas de curto prazo e de efeitos rápidos. Assim, qualquer modificação ocorrida nas políticas de estocagem, de crédito e de compras, produzirá efeitos imediatos sobre o fluxo de caixa da organização.

Assaf e Silva (2010) consideram de grande valia para a saúde financeira da organização, dispor de certa quantidade de valores não comprometidos para poder financiar os ciclos operacionais. Tal medida evita pontos negativos nas operações propostas, o que poderá oferecer riscos aos objetivos da empresa. Entretanto, muitas empresas nem sempre conseguem disponibilizar valores expressivos para saldar suas contas de curto prazo, e acabam assim, recorrendo a empréstimos de terceiros ou bancários, visto nem sempre ser a melhor opção.

Entendendo assim, que para não passar por momentos tumultuosos de recursos da empresa, o gestor financeiro precisa ficar atento ao ciclo operacional da empresa, ao

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

comportamento dos consumidores e a conjuntura econômica. E ainda, dispor de uma gestão de estoques eficiente, para o desenvolvimento das operações.

Tendo em vista o apresentado, conclui-se que é de extrema importância uma boa gestão de capital de giro para uma organização, pois o capital de giro está diretamente ligado com o ciclo operacional do negócio. Através do capital de giro, podemos encontrar as mais relevantes e precisas fontes, as quais as organizações necessitam para financiar seu crescimento.

Observou-se que a gestão eficiente de seus elementos contribui para o crescimento e maximização do lucro, afirmando que uma má administração dos recursos empregados, pode levar a empresa à falência.

Nota-se nos dias atuais, a necessidade de capital de giro é um dos maiores desafios dos administradores de organizações. Pois um elevado volume de capital de giro, pode ser um facilitador para desvios de recursos financeiros. Em contra partida, um capital de giro muito reduzido, acaba por restringir a capacidade de operação e de vendas da organização.

Conclui-se então que, a empresa que adota a administração do capital de giro de maneira certa, resulta na lucratividade e a longevidade do seu negócio. O ciclo operacional demonstra em que momento é necessário os recursos e em quais eles estão disponíveis. Tendo assim um controle de investimento e pagamentos de obrigações em curto prazo, de forma geral, gerenciando os prazos das contas circulantes da organização.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. M.; SIQUERIA, E. B. *Cálculo do Capital de Giro*. Artigo publicado na Revista CEPPG – Nº 26 – 1/2012 – ISSN 1517-8471 – Páginas 63 á 76.

ASSAF, N. A.; LIMA, G. F. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF, N. A.; SILVA, C. A. T. *Administração do Capital de Giro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF, N. A.; SILVA, C. A. T. *Administração do capital de giro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BATISTELLA, F. D. *Análise dinâmica do capital de giro e inflação: um estudo de casa em empresa de recursos hídricos*. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: CONGRESSO USP, 2006. CDROM.

BNDES – *O banco nacional do desenvolvimento*. Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/cartilha/cartilha\\_MPME.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/cartilha/cartilha_MPME.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRASIL. *Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

CARVALHO, C. J. SCHIOZER, R. F. *Gestão de Capital de Giro: um Estudo Comparativo entre Práticas de Empresas Brasileiras e Britânicas*. RAC, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, art. 2, pp. 518-543, Jul./Ago. 2012.

DELOOF, M. (2003). *Does working capital management affect profitability of Belgian firms?* *Journal of Business Finance e Accounting*, 30(3-4), 573-588. doi: 10.1111/1468-5957.00008

DI AGUSTINI, C. A. *Capital de Giro: análise das alternativas fontes de financiamento*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. *Princípios de Administração Financeira*. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 7. ed. São Paulo: Harbra Ltda, 2002.

GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 7. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

IBGE- *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2012*. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2012/default.shtm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

LAMOTTE, S. N. *Microempresa*. Porto Alegre: Sagra, 1985.

LEVINE, R. (2004). *Finance and growth: theory and evidence [Working Paper 10766]*. NBER. Recuperado de <[http://ciep.itam.mx/~rahul.giri/uploads/1/1/3/6/113608/financegrwth\\_levine\\_ch12handbkofecon grwth2005.pdf](http://ciep.itam.mx/~rahul.giri/uploads/1/1/3/6/113608/financegrwth_levine_ch12handbkofecon grwth2005.pdf)>

LUNA, F. V. *Pequenas e Médias Empresas e a Atuação das Venture Capital*. Revista Tibiriçá, São Paulo, v.18, p.63-74, 1983.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanço: Abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

MESQUITA, G. B. *Gestão de capital de giro: uma aplicação do modelo Fleuriet a empresas argentinas, brasileiras, chilenas e mexicanas*. 2008. 239f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PALERMO, F K. O. *As micro e pequenas empresas como propulsoras do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Harbra, 2002.

## Importância do Capital de Giro para as Pequenas e Médias Empresas

PEREZ JUNIOR, J. H.; PESTANA, A. O.; FRANCO, S. P.C. *Controladoria de Gestão – Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 1995

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SEBRAE - *Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas*. Disponível em: <<http://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SEBRAE - *Classificação de MPE's*. Disponível em: < <http://www.SEBRAE.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, J. P. da. *Análise financeira das empresas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOLOMON, S. *A grande importância da pequena empresa*. São Paulo: Nordica, 1986.

TÓFOLI, I. *Administração Financeira Empresarial: uma tratativa prática*. Campinas: Arte Brasil Editora/Unisalesiano – Centro Universitário Católica Auxilium, 2008.

ZDANOWICZ, J. E. *Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento financeiro*. 7. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.